

Para Madeira, emergência não esgota ajuste

Para líder do governo, medidas em votação não dispensarão ações de médio e longo prazos

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – Guindado à liderança do governo na Câmara, o deputado tucano Arnaldo Madeira (SP) fechou a semana mais tranqüilo ao ver aprovada a emenda que institui a cobrança de contribuição previdenciária para os servidores inativos. Ele acredita, porém, que o programa de estabilidade fiscal é apenas um instrumento para tirar o País da crise – e o ajuste, um processo permanente, que exigirá ações voltadas para médio e longo prazos.

Para Madeira, as oscilações do mercado financeiro após a desvalorização parcial do real não resultam de ineficácia da ação do governo, mas, sim, de um clima de perplexidade e de um movimento natural de reordenação da economia. “O mercado quer ver até onde o governo agüenta”, sustenta.

Interlocutor do presidente Fernando Henrique Cardoso e aliado fiel do governador de São Paulo, Mário Covas, ele rechaça a avaliação de que o Plano Real tenha evaporado ao sabor da cotação do dólar. Mais: acredita que a equipe econômica está no caminho certo para controlar a crise. Otimista, frisa que o Brasil caminha para a retomada do crescimento econômico, mas a responsabilidade fiscal é uma necessidade – agora urgente – que veio para ficar. E está convicto do apoio da sociedade às medidas que levem ao equilíbrio entre receitas e despesas públicas, pois acha que ela está entendendo que “o governo não faz dinheiro”. “A sociedade está percebendo que não podemos tudo”, ressalta nesta entrevista ao Estado.

ADIAR VOTAÇÃO DE INATIVOS FOI ESTRATÉGIA

Estado – A equipe econômica ainda tem credibilidade para conduzir as mudanças no plano de estabilização?

Arnaldo Madeira – Eu acho que o ministro Pedro Malan (*da Fazenda*) é uma referência internacional do Brasil e continua a gozar da confiança do presidente. É evidente que os nomes (*da equipe econômica*) mudaram muito neste período e isso é próprio de situações de instabilidade. Não podemos esquecer que, nestes quatro anos, nós tivemos várias crises internacionais com forte incidência aqui no Brasil, a crise do México, a crise da Ásia e, mais recentemente, a crise da Rússia. E o Brasil vem se colocando no centro da crise – hoje ele está no centro da crise. Então, não dá para ficar responsabilizando totalmente a equipe econômica, pois ela está agindo em relação ao momento, que é um momento de fora para dentro.

Estado – Mas o fato de Malan continuar à frente de uma política econômica com a qual não concorda – a desvalorização do câmbio vem sendo defendida desde 1995 – não lhe tira um pouco de credibilidade, ou, ao menos, cria incertezas quanto à sua permanência no governo?

Madeira – Não há por que dizer que o ministro não concorda. Ele elaborou essa política, discutiu com o presidente.

Estado – Mas resistiu bra-

vamente à desvalorização da moeda.

Madeira – Não sei se resistiu bravamente. Acho que ele tem um conceito sobre uma determinada circunstância do mercado internacional, que num determinado momento mudou. Ele percebeu e mudou-se a política. Não acredito que ele esteja executando uma política em que não acredite. Ele está trabalhando em alguma coisa que acredita, para tirar o País desta situação.

Estado – O Plano Real acabou?

Madeira – Não. O Plano Real está enfrentando um momento de dificuldade, mas tem um tremendo efeito positivo na economia brasileira. Introduziu com muita força conceitos de produtividade, modernidade na administração; avançamos no processo de privatização e modernização do Estado. Houve um processo de grande distribuição de renda e as pessoas de mais baixa renda migraram de forma incisiva para o mercado de consumo. Talvez se possa dizer que está entrando em uma nova fase, em que os pressupostos continuam colocados. Ou seja, a estabilidade da moeda, a eficiência do Estado, a distribuição da renda, inserir mais pessoas no mercado de consumo, todos esses pressupostos que vem ocorrendo nestes quatro anos, com conquistas inequívocas, vão continuar.

Estado – Mas alguns pressupostos do Real já estão comprometidos, como, por exemplo, a estabilidade da moeda. Neste ano, o País voltará a ter inflação. Será que só o programa de estabilidade fiscal será suficiente para recolocar o plano no rumo?

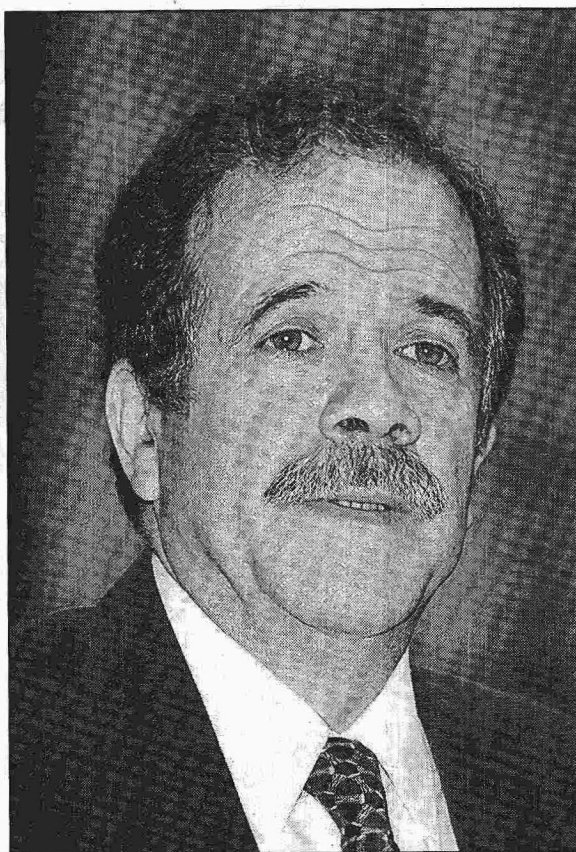
Madeira – Não. O processo de ajustamento das contas públicas é permanente. Nós temos agora algumas medidas de emergência, mas o processo de ajuste em vista, a médio e longo prazos, continua em andamento. Não se pode ver esse ajuste como uma coisa definitiva; ele faz parte de um processo. Virá agora a reforma tributária e a política.

Estado – O senhor acha que a partir de fevereiro, quando assumir a nova bancada governista, a relação do governo com o Congresso será facilitada?

Madeira – Eu acho que a relação do governo com o Congresso nestes quatro anos teve momentos de dificuldades, de incompreensões, mas no geral foi uma relação muito boa. Acho que o Congresso correspondeu às demandas nos momentos necessários. Esta é a legislação que, fora o período constitucional, mais votou matérias importantes para a mudança do País. Eu acho que o Congresso correspondeu às necessidades do País e vai continuar correspondendo.

Estado – A turbulência do mercado deve-se à falta de uma política cambial mais definida? Houve forte especulação em torno da volta da centralização do câmbio.

Madeira – Eu ouvi os mais variados chutes sobre isso. Alguns me falaram que as empresas estavam realizando lucro; outros me disseram que algumas empresas precisavam de dólar e o mercado,



“A sociedade está percebendo que não podemos tudo”

ao perceber isso, resolveu jogar o dólar para cima; outros disseram que a questão era a insolvência de Estados que não conseguiriam honrar suas dívidas. Então, houve uma boataria muito forte. Na véspera da votação (*do projeto de lei que institui a cobrança de contribuição dos servidores inativos*), o que todos diziam é que se o governo conseguisse vencer no Congresso criaria uma situação melhor – e várias pessoas me ligaram falando da instabilidade do mercado, da desconfiança do mercado de que o governo iria perder porque tinha adiado no dia anterior. Vários jornais apresentaram aquele adiamento (*da votação do requerimento de urgência para o projeto*) – que na verdade fez parte de um movimento estratégico nosso para votar no mesmo dia – como uma derrota. E alguns analistas também fizeram essa leitura de que havíamos adiado por não ter segurança de vencer: “Então vão perder.”

Estado – Se não foi isso, o que foi então?

Madeira – O momento de votar é definido pelos líderes (*dos partidos*) no plenário, pela sensibilidade do momento, pela quantidade de deputados presentes e a percepção diante do que está acontecendo no plenário. Nós sempre dissemos que, nessa matéria, não iríamos correr nenhum risco. Nós tínhamos estabelecido um número, na segunda-feira, de pelo menos 450 deputados presentes para votar a matéria. Quando o presidente (*da Câmara, Michel Temer*) anunciou a matéria, nós tínhamos 442 deputados, então preferimos não correr risco e ter um quórum mais alto.

Estado – Mas oito deputados fariam tanta diferença no resultado?

Madeira – O problema não são oito ou nove deputados, pois já sabíamos que não faria diferença. Nós queríamos uma vitória expressiva e nós tínhamos presente o seguinte: a meta era votar o projeto na quarta-feira e, para isso, tanto fazia votar a urgência na terça quanto na quarta. Acharmos que seria mais fácil votar tudo junto na quarta-feira, pois na quarta-feira o quórum seria de mais de 490 deputados. E tivemos 503, o maior quórum dos últimos tempos, contrariando todos aqueles que diziam que mui-

tos deputados não viriam por não terem sido reeleitos, quando, na verdade, nenhum deputado deixa de cumprir o mandato até o último dia. Nosso movimento foi absolutamente correto, tivemos uma vitória esmagadora, só que as pessoas fazem as análises mais diversas e isso cria essa irracionalidade no mercado.

Estado – Mas no dia da votação o mercado se comportou bem, não ficou turbulento como na quinta-fei-

ra. **Madeira** – Exatamente, o mercado foi bem na quarta-feira, mas no fim do dia havia muito nervosismo com relação ao que iria acontecer no dia seguinte. Conversando com as pessoas, soube que esse nervosismo se devia à expectativa criada pela votação da proposta. A economia vive muito de expectativas, de movimentos.

Estado – Esses movimentos desenfreios do mercado não teriam origem, de certa forma, nos erros de comunicação do próprio governo, que vem conduzindo a crise com informações contraditórias? Não cria instabilidade o presidente Fernando Henrique dizer uma coisa e fazer outra?

Madeira – Você acha que o presidente podia anunciar: “Eu vou desvalorizar a moeda; eu vou mudar a equipe econômica.” Não tem sentido. A moeda é uma coisa para olhar com cuidado. Não se pode anunciar antes o que se vai fazer; isso é primário em política econômica. Não vejo como o presidente poderia fazer um anúncio desse tipo.

Estado – Mas as mudanças

não vêm sendo mal anunciadas?

Madeira – Eu acho que o presidente não pode admitir que pode mudar a equipe econômica. Se for necessário, muda e pronto. Não quero entrar no detalhe das decisões das pessoas, mas pessoalmente acho que teria sido mais adequado se a mudança tivesse sido feita com a permanência de Gustavo Franco à frente do Banco Central.

Estado – Por quê?

Madeira – Porque ele se tornou um símbolo da política de defesa da moeda. Eu preferia que ele tivesse permanecido, mesmo discordando, pois daria mais tranqüilidade. De qualquer forma, ele quis sinalizar que defende outro posicionamento e a saída dele significou isso. Eu acho que se ele tivesse permanecido, feito as mudanças mesmo discordando delas, durante mais algum tempo, para sair num momento menos traumático, teria sido melhor para o País. Mas essa é uma avaliação subjetiva, pois não sei qual é a forma de ele (*Gustavo Franco*) ver as coisas.

Estado – Quanto tempo o senhor acha que o País leva para sair dessa crise, quando se considera que, de acordo com o que dizem os economistas, a receita produzida pelo ajuste fiscal não será suficiente para cobrir as perdas impostas pela desvalorização da moeda?

Madeira – O ajuste fiscal é um trabalho permanente, não uma medida aqui e outra ali, simplesmente. O esforço do ajuste tem de continuar. Até março estaremos debatendo a regulamentação da reforma administrativa e da Previdência. Nós temos de avançar no debate da reforma tributária. Eu falei com o presidente sobre isso e ele está muito disposto a colocar esse tema no centro do debate na próxima legislatura. É um debate que vai ganhar muita força. Aqui, por causa da cultura inflacionária, sempre se achou que se podia gastar que o dinheiro aparece, agora as pes-

soas estão percebendo que não dá para gastar porque o dinheiro não aparece. O governo não faz dinheiro, o governo depende dos tributos e de empréstimos, mas tem de ter um equilíbrio entre a capacidade de receita e esses empréstimos. A sociedade está percebendo isso, que nós não podemos tudo.

Estado – Enquanto essa nova mentalidade se consolida, como é que o País vai lidar com as dificuldades de curto prazo, neste primeiro trimestre?

Madeira – Acho que o primeiro trimestre será o mais difícil. Eu acho até que essa decisão da Argentina (*que decidiu dolarizar sua economia*) é algo para nós nos debruçarmos sobre significando. A Argentina tem o câmbio fixado ao dólar desde 1991, há oito anos, e nós não fizemos vinculação; fizemos uma estrutura de bandas e, de repente, não conseguimos manter. A Argentina está mantendo há oito anos.

Estado – O senhor acha que esse é um caminho para o Brasil?

Madeira – Não, eu acho que nós temos de pensar no significado disso. O Mercosul é uma coisa importante na relação do Brasil com a Argentina e os outros países. Quando a Argentina sinaliza com um acordo com os Estados Unidos, passa a ter implicações na América do Sul. Essas coisas devem nos levar à reflexão. Precisamos ver até onde vamos levar os nossos esforços para preservar a moeda e, principalmente, impedir a volta da inflação. Fazer com que a taxa de inflação fique baixa é o desafio que está posto agora. Essas questões que estão colocadas neste momento são muito graves e devem levar à reflexão dos agentes econômicos e dos agentes políticos, numa discussão que deveria envolver a oposição, que continua pensando naquelas coisas tradicionais, como controlar remessas de capitais, quando deveríamos estar discutindo que tipo de inserção queremos ter no mercado internacional.

O POSIÇÃO
TEM DE
PARTICIPAR DO
DEBATE